

# COMÉRCIO DE ESCRAVOS EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX: O QUE PODEM NOS ENSINAR OS ASSENTOS DE BATISMO DE ESCRAVOS ADULTOS

Carolina Perpétuo Corrêa

Mestre em História pela UFMG

## **Resumo:**

O presente artigo lida com a questão do grau de dependência do tráfico negreiro internacional, após 1831, por parte dos senhores de Santa Luzia, uma localidade mineira de inserção econômica relativamente modesta – ou seja, que não integrava as áreas economicamente mais importantes, quer a nível provincial quer a nível nacional.

De modo geral, acredita-se que a legislação que busca por fim à importação de cativos africanos, em 1831, teria permanecido letra morta e que a compra de escravos novos teria continuado até 1850, quando finalmente encerra-se de vez o contrabando. A partir deste momento, teria se estabelecido um tráfico interno de escravos, sendo as regiões menos aquecidas economicamente responsáveis por suprir a demanda por mão-de-obra dos setores mais dinâmicos do Império. São raros, todavia, os estudos sobre regiões de menor importância econômica.

Utilizando os assentos batismos de escravos adultos como indicadores indiretos do volume do tráfico para a região, concluímos que, para os senhores de Santa Luzia, a compra de escravos africanos realmente arrefecera no momento em que entrava em vigor a lei que suprimia legalmente o tráfico internacional de escravos para o Brasil. Esses dados sugere que posições radicais que enfatizam somente o recurso ao mercado de escravos, ou somente a reprodução natural não se mostram apropriadas para explicar o crescimento da população mancipia de localidades de economia menos aquecida. Tal crescimento só pode ser compreendido se percebermos que esses dois processos se alternaram, de acordo com diferenças nas conjunturas econômicas. Acreditamos, assim, que, à medida que o século XIX avança, os senhores de regiões como Santa Luzia foram se tornando gradativamente mais dependentes da reprodução natural.

**Palavras-chave:** Tráfico negreiro, Minas Gerais, Século XIX

**Área:** História Econômica e Demografia Histórica

**Seção Temática:** Sistemas Escravistas em Minas Gerais

Recentemente, os registros de batismo de escravos adultos emergiram como uma alternativa para o estudo do tráfico de escravos a nível local<sup>1</sup>. A maioria das pessoas levadas à pia batismal para receber o primeiro sacramento de suas vidas era formada por crianças pequenas (designadas na documentação como “inocentes”). Ainda assim, algumas pessoas eram batizadas em idade mais tarde, sendo que, nos registros paroquiais, aqueles que tinham mais de 7 anos eram descritos como “adultos”. Na prática, tratava-se, quase sempre, de cativos recém chegados da África, que no ato do batismo recebiam um nome e padrinhos. Os registros de batismo de adultos também serviam para confirmar a posse, já que no assento constava o nome do senhor, sendo tais documentos aceitos como prova em processos judiciais<sup>2</sup>. A frequência com que, em Santa Luzia, vários escravos adquiridos em uma mesma transação pelo proprietário eram batizados em uma cerimônia conjunta, registrada no livro em um só assento, atesta que os batismos de escravos adultos podem servir como indicadores indiretos do tráfico de escravos para a região.

A nossa intenção é, portanto, através dos assentos de batismo de cativos adultos, nos posicionarmos no debate historiográfico sobre a intensidade e a duração do tráfico de escravos importados para Minas (que será delineado a seguir), principalmente no sentido de averiguar em que medida as análises de Bergad e Martins – os dois extremos – seriam aplicáveis a Santa Luzia<sup>3</sup>.

## **O debate historiográfico em torno da origem dos escravos de Minas Gerais**

Minas Gerais, embora situada no interior do continente, também se tornara uma das “margens do Oceano Atlântico” a partir do século XVIII, quando a exploração de riquezas minerais, poderosa importadora de escravos, ligou a região, indissolivelmente, ao continente africano. Na verdade, ainda se conhece pouco sobre o tráfico de escravos para Minas Gerais. Certo é que, ao longo de todo o século XIX, a Capitania, depois Província, logrou concentrar o maior contingente mancipio do Brasil – 168.543 almas

---

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, OLIVEIRA, 2004.

<sup>2</sup> É bom lembrar que alguns escravos recebiam o sacramento ainda no continente africano e que regiões como Luanda e o Congo sentiam, havia já muito tempo, a presença da Igreja Católica e influências poderosas da cultura portuguesa. Principalmente no caso dos angolanos, é possível que alguns deles tivessem sido incorporados ao rebanho da Igreja desde o seu nascimento, caso os seus pais tivessem abraçado a fé católica, ou que fossem já cativos em solo africano, tendo sido ali batizados pouco depois de sua captura. Além disto, o porto de chegada em terras brasileiras também era palco do batismo de negros novos.

<sup>3</sup> Pode-se argumentar que, com a vigência da lei que proibia o tráfico em 1831, os senhores teriam deixado de batizar os escravos africanos adquiridos no mercado, tornando os registros paroquiais inúteis para o estudo do tráfico negreiro internacional desta data em diante. Gostaríamos de lembrar, contudo, que, em primeiro lugar, as atitudes senhoriais não eram apenas ditadas por interesses econômicos, mas também por estratégias políticas e valores morais, dentre os quais estavam incluídas uma série de práticas religiosas. Em segundo lugar, devemos ter em mente que as autoridades brasileiras fecharam os olhos ao contrabando de escravos nas décadas de 30 e 40. Parece-nos, portanto, pouco provável que senhores deixassem de levar seus cativos à pia batismal por temor a uma lei que permanecia como letra morta.

em 1819, ou 15% da população escrava brasileira e 381.893, em 1872, quase um quarto do total nacional.<sup>4</sup>

O debate sobre a base de uma tão numerosa população escrava – importação ou crescimento vegetativo – nasce no bojo da historiografia revisionista que vem questionar, no final da década de 1970, a tese de que Minas Gerais teria entrado em crise a partir da segunda metade do século XVIII, com o esgotamento das reservas auríferas de aluvião. De fato, parecia estranho que uma região que abrigava tão numeroso contingente de mão-de-obra cativa pudesse estar completamente estagnada, tendo revertido para a agricultura doméstica de subsistência, com quase total ausência de penetração na economia de mercado.<sup>5</sup>

Foi precisamente este questionamento que motivou as pesquisas de Roberto Martins, autor pioneiro nos estudos sobre o tema. Como veremos adiante, Martins foi e continua sendo uma figura chave na polêmica em torno do volume das importações mineiras de escravos, devido tanto ao caráter ousado e inovador de suas afirmações de 1980, que inauguraram o debate, quanto à maneira enfática e inflexível com que ele tem defendido as mesmas posições até os dias de hoje.

Em sua Tese de Doutorado, de 1980<sup>6</sup>, Martins argumenta que a Minas Gerais oitocentista teria sido o único sistema escravista de peso, no Novo Mundo, a não depender da produção para o mercado externo. Com o declínio da produção aurífera, Minas teria prosperado com base na agricultura e pecuária para consumo interno, sendo a economia mineira marcada por uma diversidade de atividades produtivas, tanto no nível das unidades de produção, quanto no nível regional. Mais importante para o nosso enfoque é que o autor conclui, com base em estimativas elaboradas com dados extraídos de Mapas de População de 1819 e 1822, que Minas Gerais fora um maciço importador de escravos, o maior dentre todas as províncias brasileiras, até o fim do tráfico atlântico em 1850. Além disto, Martins combate a noção, antes largamente aceita pela historiografia, de que a mão-de-obra cativa mineira, subaproveitada desde a crise da mineração no século XVIII, teria suprido de braços, na centúria seguinte, as zonas cafeeiras das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo e busca coligir evidências de que o contrário teria ocorrido. Em suma, durante grande parte do século XIX, “os escravos estavam sendo importados do Rio de Janeiro (ou melhor, da África via Rio de Janeiro) para Minas Gerais e não no sentido inverso”<sup>7</sup>.

Minas teria continuado a importar escravos, embora em menor escala, após o fechamento do tráfico internacional. Todavia, ao contrário do que normalmente se supunha, as zonas produtoras de café da província não seriam as maiores responsáveis pela demanda por braços escravos, uma vez que esta cultura só alcançaria grande importância na Província de Minas nas últimas décadas do século XIX. Ou seja, mesmo durante a segunda metade do Oitocentos, a grande consumidora de mão-de-obra escrava continuaria sendo a agricultura não exportadora.

---

<sup>4</sup> MARTINS, 1982, p. 12.

<sup>5</sup> A discussão historiográfica feita nesta seção baseia-se, em grande parte, em LIBBY, 2004.

<sup>6</sup> MARTINS, 1980.

<sup>7</sup> MARTINS, 1982, p. 24.

O debate ganha força nas páginas da Revista “Hispanic American Historical Review”. Ali, Martins publica, três anos mais tarde, um artigo, escrito em parceria com seu irmão, Amílcar Martins, no qual reitera os argumentos acima expostos<sup>8</sup>. Vários estudiosos esboçam críticas às posições dos Martins, em um suplemento do mesmo periódico, sublinhando principalmente a necessidade de se pensar o papel da reprodução natural no crescimento da população mancípia<sup>9</sup>. A resposta de Roberto e Amílcar Martins vem no ano seguinte, na mesma publicação e surpreende pela inflexibilidade: os irmãos não cedem em absoluto às críticas, mantendo sua posição original<sup>10</sup>.

Anos mais tarde, em 1996, em um momento em que, como veremos adiante, já haviam surgido uma série de estudos motivantes sobre o assunto, Roberto Martins continuava a sustentar os mesmos argumentos, e de maneira ainda mais incisiva. Em suma, Minas, segundo o mesmo, tinha sido o segundo maior importador de escravos no século XIX, perdendo somente para Cuba, e o crescimento da população mancípia da província devia-se inteiramente à importação, inexistindo quaisquer indícios de crescimento vegetativo. De fato, as médias anuais do influxo de escravos para a província teriam correspondido às elevadíssimas cifras de 4.025 cativos, durante o período 1808-1819, e 7.716, de 1819 a 1855. A economia cafeeira, que só se desenvolveria em um período mais tardio, não teria concentrado as importações de escravos africanos<sup>11</sup>.

Trabalhando com despachos e passaportes de escravos da Intendência de Polícia da Corte, algumas das raras fontes diretas sobre o tráfico de escravos a partir do porto do Rio de Janeiro, João Fragoso empreende vários estudos que, pelo menos em parte, se coadunam com as estimativas de Martins. No mais antigo deles, “Homens de Grossa Aventura”, publicado em 1992, e que compreende o período 1822-1833, o autor calcula que Minas Gerais teria absorvido 48,4% dos escravos despachados da Corte, enquanto às áreas cafeeiras do Vale do Paraíba e Norte Fluminense juntas se destinariam 36,5% do total de escravos.

Em um segundo artigo, datado de 2001, que pretende compreender a estrutura e a dinâmica da Praça Mercantil de Rio de Janeiro, escrito em co-autoria com Manolo Florentino<sup>12</sup>, Fragoso estima que, no período 1825-1830, quatro em cada 10 escravos aportados no Rio de Janeiro eram posteriormente vendidos nas Minas Gerais. No mesmo ano, Fragoso e Ferreira publicam os resultados da ampliação da pesquisa documental feita para “Homens de Grossa Aventura”, cobrindo o espaço de tempo decorrido entre 1819 e 1833.<sup>13</sup> Os autores procuram compreender qual fora o volume do tráfico negreiro para o porto do Rio de Janeiro, nas décadas de 20 e 30 do Oitocentos e em que proporção estes cativos eram conduzidos para as Minas Gerais.

Fragoso e Ferreira sugerem que, entre 1825 e 1830, os escravos novos corresponderiam sempre a mais de 90% dos escravos levados da Corte para serem

---

<sup>8</sup> MARTINS FILHO; MARTINS, 1983. p. 537-568.

<sup>9</sup> HISPANIC AMERICAM HISTORICAL REVIEW, 1983, p. 569-581, 582-584, 585-590.

<sup>10</sup> MARTINS FILHO; MARTINS, 1984, p. 135-146.

<sup>11</sup> MARTINS, 1996, p. 99-130.

<sup>12</sup> FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 162.

<sup>13</sup> FRAGOSO; FERREIRA, 2001. p. 239-278.

vendidos em outras regiões. Esta situação aparentemente se inverteria entre 1830 e 1833, com a percentagem de escravos novos caindo abruptamente e finalmente desaparecendo. Os autores levantam a hipótese, todavia, de que o desaparecimento dos escravos novos em 1833 seria consequência de uma “artimanha” da documentação. Na verdade, os cativos recém chegados da África estariam sendo descritos nos códices como ladinos, em uma estratégia para burlar a lei que punha fim ao tráfico em 1831.

Fragoso e Ferreira observam que Minas Gerais absorvera, entre 1824 e 1830, 53,5% de todos os escravos novos (contemplados na documentação) saídos do Rio de Janeiro com destino a outras regiões. A participação mineira no mercado de escravos novos era particularmente elevada, de 1826 até 1830, quanto dados sobre os mesmos desaparecem da documentação, como mencionado anteriormente. Entre este ano e 1833, todavia, Minas Gerais teria continuado a absorver quantidade significativa dos cativos ladinos remetidos da Corte, sendo apontada como “a província que dominava na época os despachos gerais de escravos da Corte, quer de novos ou ladinos”<sup>14</sup>. Lembrando que estes escravos ladinos provavelmente eram cativos novos “disfarçados”, seria de se esperar que Minas Gerais tivesse continuado a importar escravos fortemente no início da década de 1830.

Em outras palavras, Fragoso e Ferreira põem em dúvida a cronologia correntemente aceita para os desembarques de cativos africanos no Brasil, proposta, por exemplo, por David Eltis<sup>15</sup>. Em um trabalho sobre o fechamento do tráfico atlântico de escravos, Eltis afirma que, após um período de compra intensa de escravos no decorrer da década de 20 do século XIX, o trato negreiro para o Brasil sofrera, na primeira metade dos anos 30, uma drástica queda. Após 1834, todavia, este ramo do comércio teria voltado à vida, com intensidade, e a década de 1840 teria conhecido um fluxo bastante intenso de cativos africanos para o Brasil, até o cessamento definitivo do tráfico em 1850<sup>16</sup>. Entretanto, de acordo com a hipótese de Fragoso e Ferreira, a queda na importação de escravos entre 1830 e 1834 não teria ocorrido. O porto do Rio de Janeiro e a Província de Minas Gerais teriam continuado a experimentar a entrada maciça de africanos ao longo das décadas de 30 e 40, como ocorrera no decênio anterior.

Embora ainda apontem Minas como o maior importador entre as províncias do Sul e Sudeste no século XIX, inclusive após a lei que encerrava o tráfico atlântico em novembro de 1831, os dados de Fragoso e Ferreira divergem um pouco das estimativas de Martins. São menores tanto o volume de escravos destinados à capitania/província em 1819-1824, quanto a média anual de escravos absorvidos por Minas, a partir de 1819, a qual estes autores calculam em 5.133 – número que, apesar de muito significativo, é bastante inferior aos 7.716 cativos por ano apontados por Martins.

A se aceitar os resultados apontados pelos vários estudos anteriormente analisados, tem-se que, como província que comportava “a mais importante demanda por cativos do país”<sup>17</sup>, Minas Gerais absorveu, até o fim real do tráfico internacional de

---

<sup>14</sup> FRAGOSO; FERREIRA, 2001. p. 247.

<sup>15</sup> ELTIS, 1987.

<sup>16</sup> ELTIS, 1987. p. 211.

<sup>93</sup> FRAGOSO; FERREIRA, 2001. p. 247.

escravos, uma quantidade assombrosa de cativos, arrebanhando sempre em torno de 40% do total de escravos aportados na Corte. Esta espantosa absorção de escravos pela província teria se mantido, segundo apontam, mesmo após 1831.

Nem todos os estudiosos da escravidão em Minas Gerais tiveram, todavia, tanta segurança quanto ao papel preponderante do tráfico no crescimento da população mancipia provincial. São vários os estudos que aventam a possibilidade de que, em algumas situações no tempo e no espaço, a reprodução natural tenha contribuído para o elevada população escrava mineira.

A partir dos últimos anos da década de 1980, começam a surgir estudos que lidaram, a partir de diferentes perspectivas, com a questão da intensidade do tráfico negreiro e da ocorrência de reprodução natural entre os escravos mineiros. Tratando de locais e momentos no tempo diferenciados, estas várias pesquisas guardam em comum a análise do problema através de evidências indiretas, em particular da composição das populações cativas (distribuição por grupos etários, razão de sexo, proporção de crioulos/africanos, taxa de dependência, taxa mulher/criança, etc.). Esta linha de análise sendo uma imposição das fontes disponíveis, que não permitem determinar com rigor o influxo de cativos. Além disto, via de regra as informações disponíveis têm um caráter fragmentário, com recortes temporais e espaciais pequenos, outra consequência da escolha documental.

Em 1987, Libby já aponta em sua Tese de Doutorado – posteriormente editada como livro – para a necessidade um aprofundamento das pesquisas sobre o influxo de escravos para Minas. Dados das Listas Nominativas de Habitantes, de 1831/2, explorados pelo autor, revelaram um núcleo de escravos nascidos no Brasil e um relativo equilíbrio sexual entre os cativos, indícios de que as pressões oriundas do tráfico poderiam ter diminuído com o tempo. O autor argumenta que seria mais proveitoso procurar determinar qual a contribuição, tanto da importação quanto da reprodução natural, para a composição da população mancipia mineira, que se prender à disputa sobre qual das duas tendências seria mais importante.

Libby leva adiante as explorações sobre o tema do crescimento vegetativo da população mancipia mineira e os resultados de suas pesquisas, realizadas em parceria com vários estudiosos, vêm à tona ao longo das duas últimas décadas<sup>18</sup>. Baseadas predominantemente em contagens populacionais, lidando com períodos e localidades diferentes, estas pesquisas sugerem que, pelo menos em alguns distritos mineiros: (i) a intensidade do tráfico de escravos havia diminuído consideravelmente na última década do Setecentos e primeira do Oitocentos; (ii) era preciso levar em conta a possibilidade de que, já na década de 1820, tanto importação quanto crescimento vegetativo contribuísem para o aumento do contingente escravo mineiro; (iii) no ano em que entrou em vigor a lei que tornava ilegal o tráfico, os africanos eram maioria em algumas populações escravas de Minas Gerais. No entanto, já se havia formado um núcleo de nativos que era capaz de contribuir para o crescimento da população mancipia como um todo e que isto já acontecia provavelmente nas duas primeiras décadas do século XIX; (iv) Finalmente, que, uma vez definitivamente findo o comércio de africanos para o

---

<sup>18</sup> LIBBY; GRIMALDI, 1988. p. 26-43. PAIVA; LIBBY; GRIMALDI, 1988, p. 11-32. PAIVA; LIBBY, 1993. p. 2-15.

Brasil, em 1850, a população escrava tornara-se progressivamente capaz de reproduzir-se naturalmente.

Uma análise da historiografia sobre tráfico negreiro e reprodução natural de escravos em Minas Gerais não pode deixar de fora também as pesquisas de Tarcísio Botelho, em especial sua Dissertação de Mestrado, defendida em 1994. O autor estuda o distrito da Vila de Montes Claros, no século XIX, utilizando-se de listas nominativas de habitantes, registros paroquiais e inventários, para entender os rumos do escravismo local em face das transformações ocorridas na economia ao longo do século XIX. E nota que o distrito, de pouca importância econômica em termos provinciais, mas um centro a nível local, havia logrado preservar seus escravos, mesmo estando inserido no tráfico interno como exportador. Assim, entre 1832 e 1872, o decréscimo do percentual de escravos no total da população tinha sido, em Montes Claros, bem inferior que para a Província como um todo. Além disto, a participação da população escrava local na população escrava provincial tinha se mantido estável ao longo destas quatro décadas.

Analisando mais detidamente a população cativa local, Botelho nota um decréscimo da idade mediana, um aumento da população de origem nacional face à de origem africana e, dentro desta população de origem nacional, um equilíbrio entre os sexos e uma distribuição etária bem próximos dos de uma população que não tenha sofrido influxo migratório. É com base nestes indícios que o autor propõe a hipótese de que a população escrava de Montes Claros era capaz de se reproduzir naturalmente. Mais ainda, os senhores de escravos do norte mineiro teriam conseguido, através da reprodução natural, manter os seus plantéis – quiçá como fruto de uma estratégia consciente – em conjunturas econômicas desfavoráveis e em “regiões subordinadas e pouco dinâmicas”<sup>19</sup>. Além disto, a vida em família parece ter sido a norma entre a população escrava estudada, mesmo em face às pressões do mercado interno de cativos.

Evidências foram encontradas pelo mesmo Tarcísio Botelho, em trabalho conjunto com Clotilde Paiva, sugerindo que a reprodução natural da população escrava provavelmente ocorrera, com variações no tempo e no espaço, em todas as regiões da província, sendo praticamente universal por volta de 1870<sup>20</sup>. Neste artigo, que analisa a história demográfica de Minas Gerais de 1830 a 1870, os autores sugerem que, findo o tráfico internacional, em 1850, a distribuição da população escrava provincial teria sofrido um “rearranjo”. A região Mineradora Central, por exemplo, teria perdido população mancipia ao longo do período 1855-1872, com os cativos sendo vendidos para regiões economicamente mais dinâmicas, tanto dentro quanto fora da província.

Muito embora a possibilidade de ocorrência de reprodução natural entre os escravos mineiros, em alguns lugares e períodos específicos, seja apontada pelos estudiosos anteriormente mencionados, nenhum deles assumiu uma posição tão radical e enfática sobre o assunto quanto Laird Bergad.

O primeiro trabalho deste autor – que já escrevera sobre o escravismo em Cuba e Porto Rico – tomando como palco o território mineiro, lida com o processo demográfico da população escrava no Termo de Mariana, durante o período que se estende de 1750

---

<sup>19</sup> BOTELHO, 1994, p. 76.

<sup>20</sup> PAIVA; BOTELHO, 1995.

ao ano da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, 1808<sup>21</sup>. Tendo como principais fontes as avaliações de escravos em inventários post-mortem, Bergad conclui que o desaquecimento econômico da região mineradora central, a partir de 1760, levou a uma quase cessação da importação de escravos, o que resultou em uma série de tendências positivas em termos de reprodução natural. Tais conclusões derivam da análise de certas características demográficas dos cativos, das quais as mais significativas são: a preponderância, desde a segunda metade da década de 1780, dos escravos nascidos no Brasil; uma situação de equilíbrio entre os sexos durante todo o período; e, por fim, um progressivo aumento da participação de cativos nativos jovens (de 1 a 14 anos) no total da população mancipia, grupo que, segundo os dados do autor, representava quase 1/3 da população escrava entre 1805-1808.

Da ampliação desta pesquisa, nasce, cinco anos mais tarde, em 1999, o livro "Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888". Este ambicioso trabalho, que, como já informa o título, pretende dar conta da história demográfica de Minas durante todo o seu período escravista, se apoia em um monumental banco de dados elaborado a partir de avaliações de escravos em inventários post-mortem, e em contagens e estimativas populacionais, e cobre as localidades de Vila Rica, Mariana, São João e São José del Rei e Diamantina.

Bergad enfatiza o caráter *sui generis* do escravismo mineiro, que residiria em duas características básicas. Em primeiro lugar, Minas seria a única economia largamente dependente do trabalho escravo a se basear na agropecuária para consumo interno, realidade alcançada após "uma bem sucedida transição das estruturas moldadas" pela mineração<sup>22</sup>. Em segundo lugar – e mais importante, já que é aqui que reside a novidade da análise – ao longo do todo o Oitocentos, Minas, como o Sul dos Estados Unidos, teria testemunhado o aumento de seu contingente mancipio quase que exclusivamente via reprodução natural.

Em suma, a análise consiste em uma extensão para toda a província das conclusões a que o autor chegara para o Termo de Mariana, sendo, inclusive, os argumentos e pistas, nos quais o autor se apóia, os mesmos de seu primeiro trabalho. Trata-se, como na quase totalidade dos estudos existentes sobre este assunto, de evidências indiretas, como as variações na razão de sexo e nos "índices de africanidade". Segundo Bergad, o crescimento da população escrava de Minas Gerais fora acompanhado de um processo contínuo e estável de "crioulização/nacionalização". Em 1795, os crioulos já eram a maioria em sua amostra de inventários e sua participação só faz crescer ao longo do XIX, tanto antes quanto depois do fim do tráfico. Além disto, o desequilíbrio sexual da população escrava tende a uma contínua e progressiva diminuição. A combinação destas tendências leva o autor a concluir que a importação de escravos para Minas Gerais tinha sido reduzida a números muito pequenos já na segunda metade do XVIII e continuara pouco expressiva nas primeiras décadas do XIX, com exceção de alguns períodos esporádicos de reaquecimento (1790-1795; 1805-1815; 1820-1830), e que, portanto, a reprodução natural era responsável por

---

<sup>21</sup> BERGAD, 1996, p. 67-97.

<sup>22</sup> LIBBY, 2001, p. 279-304, p.287.



grande parte do crescimento estável da população escrava, que se tornava mais marcadamente “nativa/crioula” ao longo do tempo<sup>23</sup>.

Uma fundamentada análise do conjunto das pesquisas de Bergad pode ser encontrada em um artigo de Douglas Libby, escrito a pedido dos organizadores do I Seminário de História Quantitativa e Serial, que ocorreu em fins do ano 2000. Libby, que, em linhas gerais, defende a existência de processos de reprodução natural entre os escravos mineiros (como de resto já deve ter ficado claro nas alusões feitas anteriormente a suas várias pesquisas sobre o tema), acredita que Bergad cometeu simplificações e generalizações extremas. Assim, Libby questiona a noção de que o crescimento vegetativo de populações cativas tenha sido, desde fins do Setecentos, uma realidade provincial e defende que, pelo menos até 1850, certas regiões, como a Zona da Mata e Diamantina, de relativamente alto desenvolvimento econômico, foram dependentes do tráfico de escravos.

Além disto, são tecidas sérias críticas à base empírica da pesquisa.<sup>24</sup> Libby adverte que vários dos “censos” utilizados não passam de estimativas, e que, à exceção do Recenseamento Geral do Império de 1872, não informam a origem dos escravos (se africanos ou nativos). Mas as principais críticas se referem à qualidade dos dados colhidos dos inventários, os quais não seriam adequados para este tipo de análise.

Vários problemas ligados a este tipo de documentação foram apontados por Libby.

Por um lado, as questões que dizem respeito à representatividade da amostra, em termos geográficos, devido aos desmembramentos administrativos que se sucederam a partir da última década do Oitocentos, e que tiveram como consequência a não contemplação, por Bergad, de regiões dinâmicas da economia mineira, como o Sul e a Zona da Mata, as quais eram, muito provavelmente, importadores de cativos em pelo menos boa parte do período em tela.

Por outro lado, Libby aponta os problemas inerentes aos inventários, como, por exemplo, a temporalidade do “retrato” dos bens ali arrolados; devendo-se ter em mente que o documento é produzido no momento da morte do senhor de escravos, fase muito específica do “ciclo” da própria posse escravista. Como nos lembra Gutman<sup>25</sup>, as diferentes fases da vida dos senhores se refletiriam na composição de sua escravaria. Assim, parece plausível pensar, por exemplo, que um senhor moço, no começo da vida, recorreria com muito mais frequência ao mercado de escravos, já que vivia um momento de investimento e montagem de sua unidade produtiva. Em oposição, um velho fazendeiro, proprietário de longa data, talvez tivesse dentre os seus bens um plantel escravo já transformado em uma comunidade, que contava com várias famílias e quiçá crescesse por si mesmo. Em outras palavras, os inventários não refletiriam necessariamente o caráter das posses de escravos como um todo, em um dado momento.

---

<sup>23</sup> BERGAD, 1996, p. 130.

<sup>24</sup> LIBBY, 2001.

<sup>25</sup> GUTMAN, 1976.

E um terceiro problema visto por Libby, no tipo de documentação a que Bergad recorreu, está relacionado à sobrevivência dos inventários. Em que medida os que restaram são uma amostra fidedigna do universo original? Libby, que já efetuara cruzamentos de inventários com um censo eclesiástico para São José del Rei, suspeita que, com frequência, os inventários de grandes proprietários tenham desaparecido. Em suas palavras, “é bastante plausível sugerir que, de uma forma ou de outra, as famílias da elite mineira e seus advogados conseguiam ficar de posse de inventários que deveriam ter permanecido nos cartórios”<sup>26</sup>. Acreditamos que esta afirmativa seja também válida para os arquivos cartoriais de Santa Luzia, com os quais tivemos bastante contato. Ou seja, “por uma razão ou outra, os inventários não dão conta de certas nuances regionais e nem do verdadeiro peso da presença africana na população escrava”<sup>27</sup>.

### **O caso de Santa Luzia: os Registros Paroquiais de Batismo de Escravos Adultos como indicadores do volume do tráfico de escravos.**

Há 202 assentos de batismo de escravos adultos para todo o período estudado, dos quais apenas 8 ocorreram após o fechamento do tráfico atlântico (Tabela 1).

Como seria de se esperar, os homens constituem vasta maioria entre os escravos adultos batizados (Tabela 2). Havia 21,5 homens para cada 10 mulheres, proporção bastante elevada, muito mais alta que aquela encontrada para o total da população escrava de Santa Luzia, em 1831.

Analisando a “cor” ou a “nação” dos adultos batizados (Tabela 2), percebemos, não sem um certo desapontamento, que esta informação não consta em quase 40% dos assentos. Dentre os adultos que tiveram sua origem explicitada no assento, apenas dois podem ser claramente percebidos como brasileiros, sendo um crioulo e um mulato. Três escravos foram descritos como “pretos”, categoria que, a princípio, parece designar indivíduos oriundos do continente africano. Todavia, o emprego de categorias atinentes à cor parece ter sofrido mudanças de significado ao longo do século XIX, o que torna mais complicada a inclusão destes cativos entre o grupos dos aqui nascidos ou entre os estrangeiros. A análise da classificação dos escravos de acordo com a “nação” africana também é problemática. Sabemos que termos como “cabinda”, “angola”, “mina”, etc., são construções dos colonizadores, e não são, necessariamente, tradução de identidades africanas. Não designavam, tampouco, locais de nascimento na África, mas os portos a partir dos quais os cativos tinham sido embarcados. É claro que estas designações podiam ser posteriormente incorporadas pelos africanos e se tornar parte da nova identidade que construía para si no novo mundo. Bastante ilustrativo desta situação é o caso de um forro africano que, vivendo já havia muitos anos em Minas, escolheu “Costa da Mina” para nome de seu sítio<sup>28</sup>. Todavia, no tipo de análise aqui desenvolvida, a cor/nação dos escravos adultos que recebiam o sacramento do batismo serve apenas como indicativo dos portos africanos de onde partiam os escravos que foram absorvidos pelos senhores de Santa Luzia. A maioria dos cativos adultos batizados na Paróquia de Santa Luzia, para os quais temos informação sobre cor/nação,

---

<sup>26</sup> LIBBY, 2001, p. 295.

<sup>27</sup> LIBBY, 2001, p. 295.

<sup>28</sup> PAIVA, 2004.

eram africanos, sendo a maior parte proveniente do litoral oeste da África, principalmente de regiões do Congo e de Angola.

A distribuição temporal dos batizados de africanos pode ser examinada mais convenientemente no Gráfico 1. Notamos que há uma tendência ascendente do número de batizados até meados da década de 20, quando o ano de 1825 marca um momento de baixa no volume de batismos. Logo em seguida há uma recuperação e o volume de batismos de adultos encontra seu ponto mais elevado em 1832. A partir daí, a quantidade de assentos decai drasticamente e jamais volta a recuperar-se.. Quanto aos escravos batizados após o fim real do tráfico (ver Tabela 1), sete o foram entre 1852 e 1854, e estes com quase certeza haviam entrado no país antes de 1850, sendo batizados um pouco tardiamente. Um adulto foi batizado em 1862 e é possível que estivesse à beira da morte; sem que se soubesse ao certo se havia sido batizado, teriam ,então, providenciado o seu batismo, procurando salvar sua alma. Estes dados permitem caracterizar a localidade enquanto importadora e não exportadora de mão-de-obra cativa na primeira metade do XIX.

Ainda assim, percebemos que o recurso dos proprietários ao mercado de escravos africanos não era muito intenso, sendo seis a média anual de escravos adultos batizados na localidade, para o período anterior a 1850. Em apenas 10, dos 32 anos decorridos entre 1818 e 1850, foram batizados seis ou mais escravos, enquanto em 21 destes 32 anos foram batizados quatro escravos ou menos (ver Tabela 1). O ano com maior incidência de batizados de escravos adultos é 1832, com 40 assentos, seguido por 1822, com 16. Até 1835, já haviam sido batizados 77% de todos os escravos adultos que o seriam no século XIX. Isto significa que, mesmo antes do fechamento efetivo do tráfico externo, Santa Luzia já havia reduzido em muito a sua demanda por escravos africanos importados (ver Gráfico 1).

É muito significativo que o ano de “pico” de batismos de adultos seja 1832. Ao que parece, os cativos que receberam o sacramento neste ano são aqueles que chegaram ao Brasil imediatamente antes que a ilegalidade do tráfico entrasse em vigor, em novembro de 1831. Acreditamos que uma análise mais apurada desta leva de batismos possa nos auxiliar na compreensão da dinâmica da importação de escravos para o interior de Minas Gerais.

Quem estaria comprando escravos naquele momento, visto pelos contemporâneos como a última chance de se adquirir “peças novas”? Apenas sete senhores tiveram seus escravos batizados em 1832. Entretanto, o mais impressionante é que 29 dos 40 cativos batizados naquele ano pertenciam ao Comendador Manoel Ribeiro Vianna, rico fazendeiro que, mais tarde, se tornaria Barão de Santa Luzia. Ribeiro Vianna tivera ao todo 117 escravos (entre adultos e inocentes) batizados no período em tela. Apenas dois ou três senhores de escravos locais podiam rivalizar com o tamanho de sua posse escravista, dentre eles a família Fonseca Ferreira<sup>29</sup> e Quintiliano Rodrigues da Rocha Franco, o primeiro Barão de Santa Luzia. O Comendador

---

<sup>29</sup> O domicílio chefiado por D. Joaquina Claudina de Santa Rita era maior fogo escravista, segundo dados da Lista Nominativa de 1831. Juntos, os irmãos D. Joaquina Claudina, Capitão Antônio da Fonseca Ferreira, Tenente Coronel Joaquim da Fonseca Ferreira e o Sargento Mor Manoel da Fonseca Ferreira tiveram 216 escravos batizados na Paróquia de Santa Luzia, grande parte dos quais eram propriedade de uma sociedade firmada entre eles.

promovera, na maior parte das vezes durante aquele ano, cerimônias de batismo conjuntas: teve um escravo batizado em 19 de fevereiro, nove, em 22 de junho, cinco, em 19 de agosto, e quatro, em 28 de outubro. Além disto, no assento de batismo de outros 10 cativos pertencentes a este senhor, não consta o mês, mas, a se julgar pela data dos assentos anteriores ou posteriores, tal evento ocorreu de junho a setembro daquele mesmo ano. Em outras palavras, a concentração dos batismos de adultos em 1832 deve-se, em grande parte, ao recurso de um dos mais abastados senhores de escravos de Santa Luzia ao mercado de cativos.<sup>30</sup>

Embora o nome do Comendador Manoel Ribeiro Vianna apareça pela primeira vez na documentação paroquial por nós utilizada em 1819, quando recebe o sacramento do batismo o inocente Bernardino, filho natural de sua escrava Roza Benguela, somente na década de 30 começaram a abundar os registros de batismo de “crias” a ele pertencentes. Ou seja, Ribeiro Vianna aproveitara o que acreditava ser a última oportunidade de comprar cativos africanos para ampliar consideravelmente o seu plantel. Ao todo, tivera 48 escravos adultos batizados no período coberto pela nossa documentação, 3/5 dos quais o foram em 32.

Além do Comendador Manoel Ribeiro Vianna, o único senhor de uma posse de escravos de maior vulto a ter cativos batizados, em 1832, foi o Capitão Antonio da Fonseca Ferreira, cujo poderio econômico já foi anteriormente sublinhado. Ainda assim, o Capitão e seus irmãos tiveram apenas 3 cativos adultos batizados naquele ano e, 14, em todo o período enfocado. Todos os outros senhores de cativos adultos batizados em 1832 possuíam aparentemente empreendimentos menores, como indica o reduzido número de escravos inocentes de sua propriedade constante nos registros paroquiais. O Alferes Manoel de Amaral Homem tivera cinco cativos inocentes batizados, ao longo de todo o período em tela, e três adultos, em 1832; O também Alferes Serafim Thimotheo de Lima, que aparece como proprietário de dois escravos adultos que receberam o batismo em 1832, teve somente três inocentes, frutos de seu plantel, batizados durante o século XIX. Já Antonio Coelho Ferreira consta nos registros como senhor de apenas dois bebês escravos e de um cativo africano, que recebeu o sacramento em 1832. Joze Rodrigues Portos aparece apenas uma vez na documentação, na ocasião do batizado de um escravo adulto. Única mulher a ter um cativo adulto batizado naquele momento, Maria dos Anjos, tem seu nome presente também no assento de batismo de um inocente, filho de uma escrava de sua propriedade.

A análise da quantidade de escravos adultos batizados, ao longo de todo o decurso de tempo abordado, dá suporte à hipótese de que Santa Luzia tinha uma baixa inserção no mercado de escravos. Mais da metade dos proprietários que tiveram escravos adultos batizados aparece na documentação como senhor de um único cativo adulto. Quase 30% tiveram entre dois e cinco cativos adultos batizados. Depois do Comendador, a sociedade de Antonio Joze Lobo e seu irmão foi a maior responsável por batismos de escravos adultos, com 30 assentos. Havia ainda a família Fonseca Ferreira, com seus 14 escravos adultos batizados e outros dois senhores, que tiveram, respectivamente, 10 e nove cativos batizados.

---

<sup>30</sup> Poder-se-ia sugerir que Ribeiro Vianna era traficante de escravos. Embora esta hipótese não possa ser descartada, o fato de que ele estivesse batizando os cativos parece desmenti-la. Ele dificilmente teria batizado estes cativos se pretendesse revendê-los, já que a certidão do batismo funcionava como documento de comprovação de propriedade.

Mais relevante é que a maior parte dos batismos de cativos adultos pertencentes ao Comendador ocorreram entre 1827 e 1833. Este período corresponde, com um pequeno “atraso”, precisamente ao período aceito comumente pela historiografia como o de intenso recurso ao mercado de cativos (1826-1831)<sup>31</sup>, decorrência do acirramento da pressão inglesa pelo fim do comércio negreiro. Este “atraso” pode nos ser extremamente útil, pois permite que façamos hipóteses acerca do tempo decorrido entre o desejo de senhores mineiros de adquirir escravos novos, desembarcados no porto do Rio de Janeiro, e sua efetiva absorção pelo mercado da Província.

Os batismos de escravos pertencentes a Ribeiro Vianna parecem ser bastante representativos das tendências gerais. Após 1833, encontramos pouquíssimos assentos relativos a adultos adquiridos pelo Comendador: é batizado um único escravo, em cada um dos anos de 1836, 1837 e 1838, e três, em 1841. Por outro lado, os batismos de inocentes sofrem um aumento constante. Ou seja, há fortes indícios de que os investimentos que este senhor fizera em escravos novos, no período entre 1827 e 1833, iam lentamente começando a dar retorno, refletindo-se na documentação na forma de aumento dos batismos de inocentes, como resultado do crescimento da posse de escravos via reprodução natural.

De tudo o que foi aqui levantado, com base nos batismos de escravos adultos, merece maior relevo o fato de que, durante o período em tela, foi brando o recurso dos senhores escravistas ao mercado internacional de cativos, sendo baixas, tanto as médias anuais de escravos adultos batizados, quanto o número total de escravos adultos de cada proprietário individual a receberem o sacramento. Além disto, vimos que, após a fase de maior frequência de batizados de adultos, nos primeiros anos da década de 1830, conseqüência do aumento da demanda por cativos nos últimos anos do decênio anterior, praticamente findaram os registros de batismos de escravos adultos na localidade. Isto aponta para uma gradual, porém permanente, retirada dos senhores locais das transações envolvendo escravos africanos, após os primeiros anos da década de 1830. Em outras palavras, por uma razão ou outra, para os senhores de Santa Luzia a compra de escravos africanos realmente arrefecera no momento em que entrava em vigor a lei que suprimia legalmente o tráfico internacional de escravos para o Brasil.

Isto tem importantes conseqüências. Em primeiro lugar, permite relativizar as afirmações de Martins sobre a inserção dos escravocratas mineiras como grande compradores de escravos durante toda a primeira metade do século XIX. Indica que, pelo menos em alguns locais da Província, a demanda por escravos importados jamais se recuperara após seu declínio nos primeiros anos da década de 1830.

Em nossa Dissertação de Mestrado<sup>32</sup>, percebemos que Santa Luzia lograra reter um elevado contingente mancipio em sua população, mesmo na década de 70 do Oitocentos. De fato, entre os dois documentos censitários por nós utilizados, os escravos da localidade aumentaram em termos absolutos e a sua participação no total populacional teve uma queda ínfima, muito inferior a registrada para a Província como um todo. Vimos há pouco que já na primeira metade do século XIX, quando a compra de escravos africanos ainda era permitida, os senhores de escravos locais não recorriam

---

<sup>31</sup> Ver, por exemplo, FLORENTINO, 1997.

<sup>32</sup> CORRÊA, 2005.

fortemente ao mercado para aumentarem suas posses escravistas e que as suas aquisições praticamente cessaram nas décadas de 30 e 40, quando o comércio de cativos importados, embora formalmente ilegal, era largamente praticado. Frente a estas evidências, é impossível descartar a hipótese de que, entre as décadas de 30 e 70 do século XIX, a população mancípia de Santa Luzia tenha conhecido, com o virtual fim do tráfico de escravos para o local, condições propícias para reproduzir-se naturalmente. Isto parece bastante plausível, já que, em 1831, em torno de 60% dos escravos já eram nativos do Brasil e havia relativamente elevado percentual de jovens na população mancípia. Parece-nos que a situação da posse de escravos do Comendador Manoel Ribeiro Vianna seria exemplar desta tendência, como de resto já indicamos anteriormente. Se esta nossa hipótese estiver correta, mais uma vez as estimativas de Martins têm de ser relativizadas no tempo e no espaço. Concomitantemente, precisamos admitir que as assertivas de Bergad, embora dificilmente generalizáveis para regiões da província de economia mais dinâmica, podem fazer sentido para locais de relativa prosperidade mas menor aquecimento, pelo menos a partir da década de 30.

E quanto ao período anterior? Em outras palavras, será que a potencialização de tendências reprodutivas entre os escravos locais eram desencadeadas com a retirada dos escravocratas do mercado de cativos importados, a partir dos anos 30, ou ela já datava de muito antes, mais precisamente das últimas décadas do século anterior, como quer Bergad?

Como bem se sabe, a documentação de que dispomos tem início em 1817 e não permite a abordagem deste tipo de questão. Entretanto, estudos para outras localidades mineiras, elaborados com base em documentação semelhante, existem para períodos anteriores e talvez possam nos ser úteis. Libby utilizou-se de registros paroquiais de batismos de escravos adultos como indicadores indiretos das tendências de compra de escravos africanos em localidades de Minas Gerais<sup>33</sup>.

Impressiona a consistência das tendências encontradas para cada uma destas localidades. De modo geral, os números, elevados no começo do século XVIII, começam a cair por volta da metade do século (décadas de 40 e 50, para São João e Catas Altas, e 50, para Ouro Preto). A tendência decrescente se mantém até a década de 90 do Setecentos, com aumentos esporádicos em São João e Ouro Preto, mas não em Catas Altas. À virada do século, as cifras atingem seu nível mais baixo, chegando a cessar totalmente em Catas Altas, em 1809-10, em São João, em 1805-10, e em Ouro Preto, em 1811.

O século XIX alvorece, portanto, com as importações de escravos africanos por estas localidades mineiras em seu ponto mais baixo desde a introdução do escravismo na região. Todavia, os números voltam a subir, numa forte tendência ascendente, em São João e Ouro Preto, e de forma mais branda, em Catas Altas, atingindo cifras não registradas desde a primeira metade do século anterior. Em todas as localidades, à

---

<sup>33</sup> LIBBY, 2004. Esse autor trabalhou com três bases de dados cedidas por outros pesquisadores, estudou a Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei, entre 1736-1854 (embora faltem registros para os intervalos 1754-60; 1775-8; 1842-7); a localidade de Catas Altas, entre 1715-1753 (com lacunas apenas para o ano de 1720); e finalmente, a Paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, no período que se estende de 1712 a 1843 (com uma lamentável lacuna para o intervalo 1720-35).

semelhança do que encontramos para Santa Luzia, são registrados picos em torno de 1830 (mas em um volume que ainda assim é muito mais baixo que os da primeira metade do Setecentos. A partir daí, novamente como ocorrera em Santa Luzia, os batismos de adultos virtualmente desaparecem, sendo o último africano batizado em Catas Altas em 1843.

Os dados para estas três localidades, para o período subsequente à década de 20 do século XIX, coadunam perfeitamente com as tendências por nós esboçadas para Santa Luzia, no mesmo período. Assim sendo, parece legítimo supor que o movimento de batismos de adultos na Paróquia por nós estudada acompanharia, em linhas gerais, as flutuações encontradas para estas três localidades, em momentos anteriores de sua história. Todavia, como em termos absolutos o volume de batismos de cativos adultos em Santa Luzia sempre se mostrou muito mais baixo que nas demais Paróquias enfocadas, é de se supor que, nos períodos de decréscimo acentuado, a cessação completa dos batismos tenha se observado mais cedo em Santa Luzia que alhures. Isto importa no sentido de se demarcar a duração dos momentos de estaque na importação de cativos africanos, a fim de perceber se haviam sido longos o bastante para permitir o desencadeamento de tendências de reprodução natural.

Voltemos aos números. Se, como ocorrera em São João, Ouro Preto e Catas Altas, o influxo de escravos para Santa Luzia tinha começado a diminuir consideravelmente por volta da metade do século XVIII, ou talvez ainda mais cedo, e só voltara à vida por volta de meados da primeira década da centúria seguinte, então teria havido um intervalo, com duração entre trinta e cinqüenta anos, no tráfico para a localidade. Este hiato, de mais de uma geração, seria suficiente para criar condições propícias ao crescimento vegetativo da população mancipia local. Em outras palavras, em algum momento entre a metade do século XVIII e a segunda década do XIX, as conjecturas de Bergad, acerca da capacidade da população mancipia de Minas de reproduzir-se naturalmente, parecem fazer sentido para a Paróquia de Santa Luzia.

Não há, no entanto, como saber ao certo em que medida estas tendências positivas de crescimento se mantiveram para os anos posteriores. Tudo indica que o aumento da aquisição de escravos novos, que se intensificou nos anos finais da década de vinte, tenha tido reflexos na composição na população escrava. A entrada de mais homens em idade adulta, trazidos no tráfico internacional, teria resultado, pelo menos de imediato, em aumento da razão de sexo e no envelhecimento relativo da população, interferindo negativamente na capacidade reprodutiva. Em outras palavras, o pico nas importações deve tê-las feito temporariamente mais importantes que a reprodução natural para o crescimento da população escrava, pelo menos para o período que gira em torno de 1815-40. Por outro lado, como de resto já foi sublinhado, parece que as importações no período imediatamente anterior à lei de 1831 foram um último reavivamento do mercado de cativos, pelo menos para as regiões cobertas pelos estudos citados. Como sugere Libby, a partir daí as importações caíram rápida e progressivamente, não havendo importação estupenda entre 36-50. E as regiões estudadas praticamente deixaram de participar do tráfico ilegal, passando os escravos africanos a somente serem acessíveis aos fazendeiros nas zonas produtoras de café, ou outros produtos para exportação, os quais podiam arcar com os elevadíssimos preços então praticados. Em suma, por volta de 1850, pelo menos parte considerável da população escrava da Província estava provavelmente crescendo com base na reprodução natural.

Trocando em miúdos, as posições radicais de Martins e Bergad não se mostram apropriadas para explicar o crescimento da população mancípia de Santa Luzia ao longo do século XIX. Na verdade, ela só pode ser compreendida se percebermos que processos de crescimento vegetativo e importação de escravos novos se alternaram, de acordo com diferenças nas conjunturas econômicas. De fato, aparentemente, a sugestão de Bergad, de que tendências reprodutivas começaram a se delinear ainda nas últimas décadas do século XVIII e que elas estavam presentes a partir de mais ou menos 1840, está correta para a localidade estudada, mas só faz sentido quando se reconhece que o aumento do recurso dos proprietários de escravos ao mercado, na década de 20 do século XIX, pôs um freio a estas tendências, criando um último surto de crescimento da população mancípia com base no tráfico, corroborando, portanto, as afirmações de Martins relativas a este período.



**Tabelas e gráfico:**

**Tabela 1 - Batismos de escravos adultos, por ano - Paróquia de Santa Luzia, século XIX**

Ano do Batismo	N	%	% acumulado	Ano do Batismo	N	%	% acumulado
1813	1	0,50	0,50	1835	2	1,00	77,11
1818	5	2,49	2,99	1836	3	1,49	78,61
1819	4	1,99	4,98	1837	4	1,99	80,60
1820	10	4,98	9,95	1838	7	3,48	84,08
1821	5	2,49	12,44	1839	6	2,99	87,06
1822	16	7,96	20,40	1840	2	1,00	88,06
1823	2	1,00	21,39	1841	4	1,99	90,05
1824	1	0,50	21,89	1842	2	1,00	91,04
1825	2	1,00	22,89	1843	1	0,50	91,54
1826	12	5,97	28,86	1844	4	1,99	93,53
1827	7	3,48	32,34	1847	3	1,49	95,02
1828	4	1,99	34,33	1849	2	1,00	96,02
1829	7	3,48	37,81	1852	3	1,49	97,51
1830	14	6,97	44,78	1853	3	1,49	99,00
1831	4	1,99	46,77	1854	1	0,50	99,50
1832	41	20,40	67,16	1862	1	0,50	100,00
1833	15	7,46	74,63				
1834	3	1,49	76,12	Total	202	100,00	

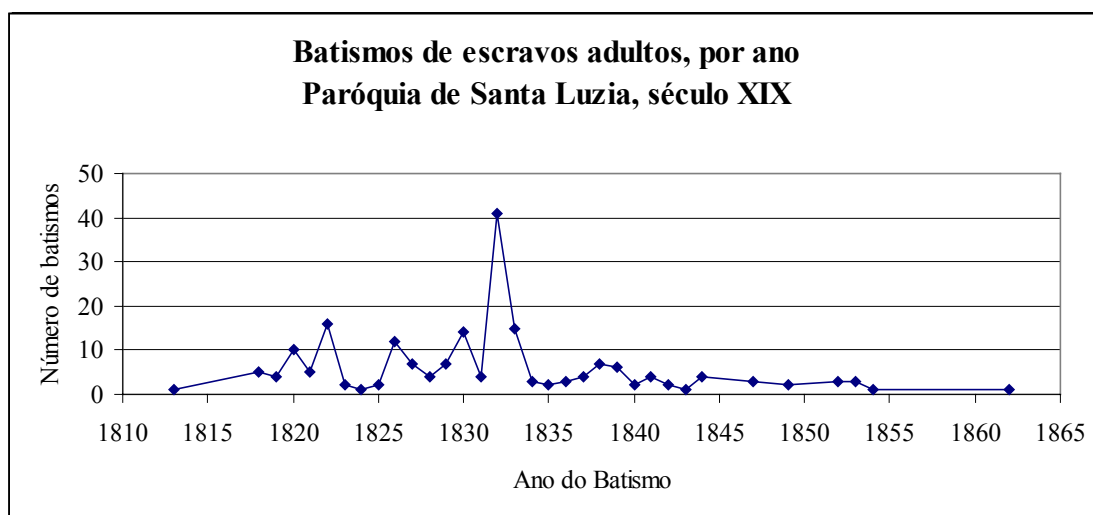
Fonte: Registros Paroquiais de Batismo (microdados).

**Tabela 2 - Cor/nação dos adultos batizados - Paróquia de Santa Luzia, século XIX**

Raça/Cor	N	%	Raça/Cor	N	%
Não informado no assento	80	39,60	Munjola	2	0,99
Congo	35	17,33	Negro da Costa/ preto da Costa	2	0,99
Angola	32	15,84	Cassange/cazanga	3	0,99
Cabinda	19	9,41	Crioulo	1	0,50
Benguela/banguela	7	3,47	Mulato	1	0,50
Moçambique	7	3,47	Rebola	1	0,50
Mina	6	2,97	Camunda	1	0,50
Preto	3	1,49	Anes	1	0,50
Camundonga	2	0,99	Total	202	100,00

Fonte: Livro de Registros Paroquiais de Batismo, 1818-1872.

**Gráfico 1**



Fonte: Registros Paroquiais de Batismo (microdados).

## **Fontes Primárias e Referências Bibliográficas**

### **Fontes manuscritas**

**Centro de Documentação e Informação da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte – CEDIC BH**

Livro de Registro de Batismos, Paróquia de Santa Luzia, 1818-1833

Livro de Registro de Batismos, Paróquia de Santa Luzia, 1833-1868

Livro de Registro de Batismos, Paróquia de Santa Luzia, 1865-1888

### **Base de Dados**

Roberto Borges Martins, Marcelo Magalhães Godoy, Clotilde Andrade Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins. Lista Nominativas de Minas Gerais, 1831-1832. Brasília, Instituto de Pesquisa Aplicada, 2001.

### **Referências bibliográficas**

BERGAD, Laird. W. After the Mining Boom: demographic and economic aspects of slavery in Minas Gerais, Brazil: Mariana, 1750-1808. *Latin American Research Review*, v. 31, n. 1, p. 67-97, 1996.

BERGAD, Laird. W. Slavery and the Economic and Demographic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BOTELHO, Tarcísio R. Famílias e Escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

CORREIA, Carolina Perpétuo. “Por que sou um chefe de famílias e o Senhor da Minha Casa”: proprietários de escravos e famílias cativas em Santa Luzia, Minas Gerais, século XIX. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

ELTIS, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. New York/ Oxford: Oxford University Press, 1987.

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João L. R. Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 146-147.

FRAGOSO, João; FERREIRA, Roberto G. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In: BOTELHO, Tarcísio R. (Org.) História Quantitativa e Serial: um balanço. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2001, p. 239-278.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. Negociantes, mercado atlântico e mercado regional: estrutura e dinâmica na praça mercantil do Rio de Janeiro entre 1790 e 1812. In: FURTADO, Júnia F. Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 128-155.

FURTADO, Júnia F. Chica da Silva e o contratador dos diamantes: outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Pantheon Books [Random House], 1976.

HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW. Slavery in a Non-Export Economy: comments. [s.l]: v.63, n.3, [s.d.].

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Sociedade Escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. *Minas na Mira dos Brazilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad*. In: BOTELHO, Tarcísio R. (Org.) *História Quantitativa e Serial: um balanço*. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2001, p. 279-304.

LIBBY, Douglas Cole. *Notes on the slave trade and natural increase in Minas Gerais in the eighteenth and nineteenth centuries*. November, 2004. DRAFT (Citado com a permissão do autor).

LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810*. In: *Varia História*. Belo Horizonte: Departamento de História da FAFICH-UFMG, número 31, janeiro 2004. p. 69-96.

LIBBY, Douglas C.; BOTELHO, Tarcísio R. *Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810*. (manuscrito)

LIBBY, Douglas C.; GRAÇA FILHO, Afonso A. Reconstruindo a Liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Varia História*, Belo Horizonte: Departamento de História/UFMG, n. 30, p. 112-151. julho de 2003.

LIBBY, Douglas C.; GRIMALDI, Márcia. Equilíbrio e Estabilidade: economia e comportamento em um regime escravista, Minas Gerais no século XIX. *Papéis Avulsos*, n.7, p. 26-43, dezembro 1988.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in Silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. PhD Dissertation, Vanderbilt University, 1980.

MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para Discussão no. 10. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra vez*. In: SZMRECSÁNYI, T.; AMARAL LAPA, J. R. (org.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1996, p. 99-130.

MARTINS FILHO, Amílcar V.; MARTINS, Roberto B. Slavery in a Non-Export Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited. *Hispanic American Historical Review*, v.63, n. 3, p. 537-568, 1983.

MARTINS FILHO, Amílcar V.; MARTINS, Roberto B. Slavery in a Non-Export Economy: a reply. *Hispanic American Historical Review*, v. 64, n. 1, p. 135-146, 1984.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

OLIVEIRA, Patrícia Porto de. *Batismo de escravos adultos na Matriz do Pilar de Ouro Preto 1712-1750*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAIVA, Clotilde A.; BOTELHO, Tarcísio R. *População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas*. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 7. 1995, [s.l.] *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1995.

PAIVA, Clotilde A.; LIBBY, Douglas C.; GRIMALDI, Márcia. *Crescimento da População Escrava: uma questão em aberto*. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 4. 1988, [s.l.] *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1988, p. 11-32.

PAIVA, Clotilde A.; LIBBY, Douglas C. A Middle Path: slavery and natural increase in nineteenth-century Minas Gerais. *Latin American Population History Bulletin*, n. 23, p. 2-15, Spring 1993.

PAIVA, Eduardo França. *Libertos no Brasil: africanos e mestiços nas Minas Gerais do século XVIII*. Comunicação apresentada à II Jornada Internacional Brasil África. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade Átila (Itália), dezembro 2004.